

## **COMUNICADO**

### **CUMPRIU-SE O CALENDÁRIO**

A reunião para a qual os sindicatos de professores foram convocados, com antecedência de 24 horas, pelo Ministério da Educação, não passou de um engodo político e de uma obrigação imposta pela Assembleia da República para voltar a reunir e renegociar o tempo de serviço “perdido” no congelamento da carreira docente.

O Governo continua a manter a postura autista de não contabilizar o período de tempo que os professores efetivamente trabalharam.

Ao longo de um ano de intensas negociações, o Ministério da Educação sempre recusou qualquer proposta de contabilizar o tempo de serviço, acusando os sindicatos de apenas aceitarem a contagem integral do mesmo, o que não é verdade. Sem qualquer tipo de acordo, o Governo impôs a sua proposta de 2 anos, 9 meses e 11 dias, da qual não abdica e que o SNPL rejeita liminarmente.

Assim sendo, não resta alternativa ao SNPL de continuar a lutar pelo direito da contagem integral do tempo de serviço, pelo que, assim que seja publicado o Decreto-Lei que irá implementar esta injustiça, o SNPL partirá para as instâncias superiores, até às últimas consequências.

Lisboa, 6 de dezembro de 2018

***A Direção Nacional***